



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

SIMONE DOS SANTOS AGUIAR

**DESENVOLVIMENTO MORAL: SABER NECESSÁRIO PARA
O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Londrina
2013

SIMONE DOS SANTOS AGUIAR

**DESENVOLVIMENTO MORAL: SABER NECESSÁRIO PARA
O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho apresentado ao curso de especialização em Educação Física na Educação Básica - Universidade Estadual de Londrina - como exigência final para sua conclusão.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Cláudia Saladini

Londrina
2013

SIMONE DOS SANTOS AGUIAR

**DESENVOLVIMENTO MORAL: SABER NECESSÁRIO PARA
O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho apresentado ao curso de especialização em Educação Física na Educação Básica - Universidade Estadual de Londrina - como exigência final para sua conclusão.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Orientadora
Dr^a. Ana Cláudia Saladini
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a. Dr^a. Ângela Pereira Teixeira Victoria Palma
Universidade Estadual de Londrina

Prof^o. Dr^o. Orlando Mendes Fogaça Junior
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 17 de abril de 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me iluminado não só nos momentos árduos, mas também nos momentos de felicidade, e por ter colocado em meu caminho todos aqueles que me ajudaram.

Ao meu esposo, Rafael, pelo companheirismo, amor, incentivo e paciência. Por ter compartilhado todos os momentos alegres e difíceis no decorrer do curso. Agradeço também, à minha família por estar sempre apoiando e me ajudando a tomar cada decisão.

Agradeço a minha orientadora Prof^a Dr^a Ana Cláudia Saladini, por sua orientação segura, pela dedicação, paciência e persistência, e esse incentivo foi fundamental para a elaboração deste trabalho. Você leva a minha eterna gratidão e respeito pelo exemplo de educadora que é, pessoa muito inteligente, compreensiva, sempre pronta a ajudar, com muito amor, carinho e dedicação.

Um sincero agradecimento também, a todos os professores do curso, que compartilharam conhecimentos, experiências e aprendizagens, possibilitando ampliação e aprofundamento dos conhecimentos.

Aos colegas, pela companhia sempre agradável, pela amizade construída, e pelas trocas de experiências e conhecimentos no decorrer do curso.

E ainda, a todos mesmo que de forma indireta contribuíram para a realização deste trabalho, os meus sinceros e profundos agradecimentos.

Muito obrigada!!!

AGUIAR, Simone dos Santos. **Desenvolvimento moral**: saber necessário para o professor de Educação Física. 2013. 24 fls. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (Educação Física na Educação Básica) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

Sabemos que os professores de Educação Física, bem como os de outras áreas, se deparam cotidianamente com uma série de dificuldades no contexto escolar entre as quais podemos destacar os problemas referentes ao comportamento moral de seus alunos, cuja construção deveria se iniciar na família e estender-se à escola. A instituição escola caracteriza-se, de modo geral, como espaço de formação intelectual, de desenvolvimento de aspectos motores e também como espaço propício para o desenvolvimento de determinados tipos de condutas morais uma vez que sua dinâmica, pautada na promoção de um ambiente socializado, propicia o surgimento de conflitos nas relações entre alunos (e destes com os professores) que podem ser vistos como ponto de partida para a formação de condutas autônomas conscientes, desde que o professor saiba aproveitar aquilo que observa e que deve ser alvo de sua reflexão. Vale ressaltar que esse processo de desenvolvimento moral não ocorre a parte do conteúdo a ser estudado e sim concomitantemente a ele, uma vez que reconhecemos não ser essa a função principal da escola. Afirmamos isso com base nas reflexões extraídas no estudo da teoria da Ciência da Motricidade Humana pelas quais compreendemos que nas aulas de Educação Física o ser humano deve ser perspectivado por diferentes ângulos de análise que não apenas o motor, mas também cognitivo, afetivo, social e moral. Em função disso, nosso estudo teve como objetivo principal relacionar a disciplina de Educação Física com o desenvolvimento moral, para isso o desenvolvimento moral humano será apresentado de acordo com a epistemologia genética e também será discutido a ação docente nas aulas de Educação Física tendo em vista a formação de sujeitos autônomos a partir de um levantamento teórico que tornasse possível elucidar o processo de desenvolvimento da moralidade humana. Após a análise do material observou-se que a disciplina de Educação Física também é responsável pelo desenvolvimento moral do sujeito. Portanto, deve criar e aproveitar as situações de conflitos para ensinar sobre moralidade, contribuindo para que a escola forme sujeitos moralmente autônomos.

Palavras-chave: Professor de Educação Física. Ciência da Motricidade Humana. Desenvolvimento moral.

AGUIAR, Simone dos Santos. **Morality development:** need to know the physical education teacher. 2013. 24 fls. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (Educação Física na Educação Básica) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ABSTRACT

We know that physical education teachers, as well as other areas, are faced daily with a number of difficulties in the school context among which we can highlight the problems related to moral behavior of their students, whose construction should begin in the family and extend to school. The school institution is characterized, in general, a space for intellectual formation, engine development and also as space conducive to the development of certain types of moral conduct aspects since its dynamics, based on the promotion of a socialized environment, fosters the emergence of conflicts in relations between students (and teachers with these) that can be seen as a starting point for the formation of conscious autonomous behaviors, since the teacher knows what he observes and enjoy what should be the target of his reflection. It is noteworthy that this process of moral development is not part of the content to be studied, but concomitantly with it, since it does not recognize that this is the main function of the school. We affirm this based on reflections drawn in the study of the theory of Human Motricity Science by which we understand that the Physical Education classes the human being must be viewed from different angles of analysis that not only motor but also cognitive, affective, social and moral. As a result, our study aimed to relate the discipline of Physical Education with moral development, for that human moral development will be presented according to genetic epistemology and also discussed the teaching activity in physical education classes in order the formation of autonomous subjects from a theoretical approach that makes it possible to elucidate the process of development of human morality. After the analysis of the material revealed that the discipline of Physical Education is also responsible for the moral development of the subject. Therefore, you should create and take advantage of conflict situations to teach about morality, helping the school to form morally autonomous subjects.

Key words: Teacher of Physical Education. Human Motricity Science. Morality development.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO FÍSICA E A MOTRICIDADE HUMANA	9
3	CAPÍTULO II: DESENVOLVIMENTO MORAL	12
4	CAPÍTULO III: SANÇÕES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E AS IMPLICAÇÕES PARA A AÇÃO DOCENTE.....	17
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

A realidade social torna-se cada vez mais complexa e dinâmica de tal modo que torna exigente e desafiadora a intenção de compreender sua totalidade e pluralidade. Apesar da velocidade com que acessamos informações dados os meios de comunicação disponíveis, torna-se difícil assimilar receitas prontas para situações problemáticas e dilemas que surgem de modo inesperado, sendo preciso buscar e construir, a todo momento, conhecimentos que possam dar conta de solucioná-los perante a necessidade de cumprir com objetivos referentes, em especial, à formação humana.

A Educação vem sofrendo várias mudanças no decorrer dos anos, e com isso vai se reformulando. Podemos ver o reflexo dessas mudanças na Educação Física, que evoluiu muito durante esse processo histórico.

A realidade escolar com a qual os professores de Educação Física se deparam cotidianamente caracteriza-se, de modo geral, como espaço de formação intelectual, de desenvolvimento de aspectos motores e também como espaço propício para o desenvolvimento de determinados tipos de condutas morais.

Baseando-se na teoria da Ciência da Motricidade Humana compreendemos que o ser humano deve ser perspectivado por diferentes ângulos de análise que não apenas o motor, mas também cognitivo, social, afetivo e moral. Sendo assim, nosso estudo teve como objetivo principal relacionar a disciplina de Educação Física com o desenvolvimento moral, o qual será apresentado de acordo com a epistemologia genética relacionando-o com a ação docente nas aulas de Educação Física tendo em vista a formação de sujeitos autônomos, partindo do seguinte questionamento: como a disciplina de Educação Física pode colaborar para o desenvolvimento moral humano?.

No primeiro capítulo, trataremos da Educação Física e a Motricidade Humana, utilizando um paradigma complexo e emergente, buscando a superação do ser humano, a transcendência, resultando em movimento intencional e consciente dos indivíduos para que possam tomar decisões autônomas, pautadas em valores, princípios e regras morais. Para isso, precisamos entender como a formação moral se desenvolve ao longo da vida, destacando os estágios de desenvolvimento e apresentando uma caracterização que possibilite extrair indicativos de como agir

com maior propriedade em situações de conflitos, típicas de um contexto em que se desenvolvem ações de ensino e aprendizagem, como veremos no segundo capítulo. Já no terceiro capítulo discutiremos as sanções nas aulas de Educação Física e suas implicações para ação docente, levando em consideração que o professor deve saber aproveitar os momentos conflitantes como oportunidades de construção da moralidade.

Para isso recorreremos a um estudo bibliográfico que de acordo com Gil (1991, p.48), “uma pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Sendo assim, para o desenvolvimento deste estudo foram utilizados alguns livros e artigos científicos para fundamentá-lo. O fato de poder utilizar diversas fontes bibliográficas para elaborar um estudo, que irá colaborar com o tema aqui exposto, é muito importante, pois se obtém embasamento teórico para o desenvolvimento deste.

2 CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO FÍSICA E A MOTRICIDADE HUMANA

A Educação Física, historicamente, esteve vinculada a modelos de ensino autoritários, pautados na sobreposição de professores, às vezes treinadores, a alunos tidos como secundários no processo de ensino-aprendizagem, submissos, sujeitos a ordens. Como explica Saladini (2006) quando relata na história da Educação Física que nasce no século XX, na sua primeira metade atendendo os interesses da burguesia e implantadas por médicos higienistas, que apropriaram do exercício físico de forma automática e mecânica. O objetivo era atender os longos períodos de trabalho nas indústrias. Outro interesse era ter combatentes para defender a pátria em caso de guerra, e as aulas eram ministradas por militares. Já na segunda metade do século XX, destacou a prática de esporte com reprodução mecânica dos movimentos, e a Educação Física tornou-se um componente curricular obrigatório. E na década de 80 se fortaleceu na área pedagógica, foi também nesse período que Manuel Sérgio propôs um corte epistemológico mediante a mudança do paradigma.

Para Sérgio (1999), o denominado paradigma tradicional, que por muito tempo esteve à frente das reflexões e ações de professores de Educação Física, não tem dado conta de explicar e orientar ações dado o caráter simplificador de seus princípios educacionais, isto é, não observa a realidade em sua totalidade e acaba por reduzir, mediante sua influência, a ação do professor ao aspecto puramente biomecânico.

De acordo com Pereira (2006), o paradigma simplicador é responsável pela dicotomia corpo e mente, resultando na educação do físico, fortalecendo uma visão reducionista a respeito do ser humano.

Por esse motivo, deve ser superado, “porque lhe falta um trabalho ao nível da complexidade” (SÉRGIO, 1999, p.144), visando estabelecer novas relações de organização, utilizando o paradigma complexo e emergente, passando a nortear os saberes/conhecimentos, modificando os processos de intervenção pedagógica, provendo rupturas, com intuito de evoluir e de transcender.

Para tanto, alinhamos nosso estudo às reflexões de Sergio (1994, pg.78) que a “Educação Física deve procurar entender-se como ciência independente e autônoma e com um objeto de estudo que não oferece dúvidas sobre os seus fundamentos lógicos, epistemológicos e essenciais”. Compreende

também que o termo “Educação Física” é inadequado em razão do paradigma tradicional racionalista, e que tem que ser trocado por “Educação Motora”, ramo pedagógico da Ciência da Motricidade Humana, que apresenta um paradigma complexo e emergente.

Vemos que Educação Motora, superando o termo Educação Física, contribui na promoção dessa ruptura, pois, segundo Sérgio (1994. p. 80), a Educação Motora é “o ramo pedagógico da Ciência da Motricidade Humana (CMH) e, como tal, a sua grande lição reside no facto de proporcionar espaço e tempo ao movimento da transcendência a um ser consciente das suas limitações e que, ao superá-las encontra o sentido da vida”. Essa ruptura como vimos não é somente lingüística, é necessidade de uma ciência que possa vislumbrar a complexidade da vida sem simplificá-la.

A partir dessas reflexões, é crucial que o professor de Educação Física promova mudanças no ensino que estejam direcionadas à uma formação que viabilize a compreensão do estudante ao movimentar-se dado os problemas que o envolve em nosso contexto social, enfim, a promover um ser humano prático (PEREIRA, 2006). Isto significa que para uma autêntica educação da e pela motricidade, os professores, ao ensinar os conteúdos, devem levar os educandos a apropriar-se de conhecimentos que possibilitem a compreensão do meio social e cultural do qual fazem parte, levando a um comportamento motor significativo, consciente, de vivência e convivência, promovendo então, o saber, o saber fazer e o saber fazer crítico.

De acordo com essa perspectiva, os conteúdos não podem ser vistos isolados, e sim como parte de um todo, reconhecendo o seu caráter complexo e multidimensional, assim como simultaneamente reconhecer a importância do seu significado local e regional.

A Educação Física deve levar o educando a realizar a ação e compreender o que está sendo realizado, levando em consideração que pensamento e ação não estão dissociados, o que compreende a reflexão sobre movimentar-se e o movimentar-se com base na reflexão realizada, construindo continuamente novos conhecimentos. Desta forma estaremos possibilitando ao aluno a compreensão de si enquanto corpo e movimento e a transcendência, que é a superação do sujeito, resultando em movimento intencional, consciente. Agindo assim, estaremos promovendo a unidade dialética do corpo-mente-natureza-

sociedade, da teoria e da prática, da explicação e da compreensão, da ação e da reflexão (SERGIO, 1991).

Essas situações são importantes para que os indivíduos possam tomar decisões autônomas, desde que pautadas em valores, princípios e regras morais. Por isso concordamos com a afirmação de que:

A ética deve, necessariamente, estar presente na orientação da práxis pedagógica das aulas de Educação Motora, pois ao lado das outras disciplinas pode contribuir para a educação e a formação dos educandos, para que eles possam actuar como cidadãos em processos democráticos, tomando decisões e agindo, com responsabilidade e compromisso individual e social (PEREIRA, 2006, p. 76).

Contudo, consideramos insuficiente uma formação intelectual destituída de uma formação moral, que se torna tema de suma importância dado o contexto eminentemente social no qual as aulas de Educação Física se desenvolvem. Uma das características principais de uma aula de Educação Física está na quantidade de interações entre alunos e entre esses e o professor, interações em que quase sempre existem conflitos que geram desentendimentos, brigas e punições. Assim, devemos nos perguntar: como as aulas de Educação Física, sempre tão atrelada a questões de ordem motora e cognitiva, podem promover situações favoráveis para que os conflitos interpessoais assumam papel formativo?

Nas aulas de Educação Física não é mais possível atuar sem levar em consideração a formação de valores morais por parte dos alunos, e devemos ressaltar também que “a Motricidade Humana, ao ser vivida, entrecruza-se e remete diretamente a valores e regras, seja em uma situação de problematização, confrontação ou para reformulação”(SILVA, 2009,p.101).

Para isso, precisamos entender como a formação moral se desenvolve ao longo da vida, destacando os estágios do desenvolvimento e apresentando uma caracterização que possibilite extrair indicativos de como agir com maior propriedade em situações de conflito, típicas de um contexto em que se desenvolvem ações de ensino e aprendizagem. Essa discussão será feita em seguida tendo em vista a obra “O juízo moral na criança”, de Jean Piaget (1932/1977).

3 CAPÍTULO II: DESENVOLVIMENTO MORAL

Para Piaget (1977) a autonomia moral é uma conquista pelo processo de ação e interação que o sujeito constrói continuamente com o meio e com outras pessoas, passando de um nível mais elementar para outro mais complexo. Esse processo de aprendizagem é contínuo.

Assim uma criança não nasce com seus conceitos morais prontos, mas devem ser construídos e assimilados por cada sujeito por meio de sua ação e interação com o meio e com outras pessoas. É necessário também que ela tome consciência em um processo de pensar, agir e reconhecer a ação e pensamento, compreendendo o porquê e para quê, tendo qualidade em suas interações.

Para Piaget (1977, p.11), a moral “consiste em um sistema de regras e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essa regra”. Portanto, o ideal não é só o seu cumprimento, mais o motivo daquela ação, e essa condição de aceitar e legitimar as regras começa com o vínculo afetivo com aqueles que lhes dirigem as regras. Para isso, Piaget ao estudar o desenvolvimento da moral humana organizou-a em três estágios: anomia, heteronomia e autonomia, e que a passagem de um estágio para o outro depende das alterações das capacidades cognitivas da criança.

O primeiro estágio que é o de anomia, a criança ainda não entende que toda relação social se estrutura em regras, sendo totalmente dependentes de um adulto. As regras são pré-estabelecidas no meio em que a criança está inserida, embora sejam cumpridas por elas. As características marcantes são a obediência e o respeito às regras impostas por adultos de sua convivência. Segundo Silva (2009, p. 28):

[...] corresponde ao estágio do desenvolvimento durante o qual a criança não adentrou no universo moral, as regras são apenas de hábitos de conduta, coisas que são necessárias realizar, como, por exemplo, hora de comer, hora de escovar os dentes, guardar brinquedos, dormir, brincar, de não brincar em determinado lugar [...].

Em relação ao segundo estágio que é a heteronomia, Silva (2009, p.27), afirma em relação as regras que “o sujeito as incorpora em estreita relação com o respeito, o prestígio ou situação de autoridade de quem as impõe e cobra”. As crianças aceitam tudo o que lhe é imposto pelos adultos conformando-se com

punições rígidas, acreditando que as mesmas são justas, para pagar o mal que causou.

Acreditam ainda que as regras de conduta para jogar um jogo são absolutas e não podem ser mudadas. Se a regra for quebrada, a criança acredita que a punição deve ser determinada pela extensão do dano e não pela intenção da criança ou outras circunstâncias (WOOLFOLK, 1984).

Neste período a regra é acatada pela criança exatamente como lhe foi expressa, não entendendo o real significado da mesma. Um exemplo é quando um adulto diz a uma criança que não pode bater no colega de turma. A regra é interpretada pela criança da maneira que foi imposta, não poderá bater, mais poderá beliscar ou empurrar.

Quando os adultos mandam obedecer as regras, exercem uma coação externa, que acaba reforçando o egocentrismo, e esse egocentrismo é caracterizado por uma diferenciação entre o eu e o meio social. Na coação há então imposição de regras já elaboradas.

A heteronomia é uma forma primitiva de consciência das regras, sendo considerada importante, pois é a partir dela que surgem condições para outras formas de pensar e agir se desenvolvam.

Já no último estágio, o da autonomia, há um maior amadurecimento cognitivo e a criança é capaz de perceber os vários pontos de vistas existentes, colocando também o seu modo de pensar, admitindo que é possível se chegar a um consenso. Deixa gradativamente a coação, passando a agir com cooperação podendo contribuir na elaboração das regras, tendo condições de discutir de igual para igual, colocando o seu ponto de vista. E esse estágio é uma conquista, e não está ligado a idade, um exemplo é que nem todos os adultos são autônomos, outros são só em algumas áreas de sua vida.

Diante disso percebemos que aos poucos as crianças substituem as relações embasadas no respeito unilateral, se libertando de opções impostas, passando a elaborar suas normas de conduta, chegando no respeito mutuo, no qual o outro passa a ter os mesmos deveres e direitos e a regra passa a ser a mesma para todos, mesmo que ainda haja relações de poder e hierarquia na organização social. Para Silva (2009, p.51) “[...] o respeito mutuo provem do respeito unilateral e é substituído por relações de novas qualidades, nas quais o ser humano é visto como alguém de valor, devendo respeitar e ser respeitado, por assim dizer.”

Para conquistar a autonomia é preciso que a criança tenha desde pequena a oportunidade de tomar pequenas decisões em seu dia a dia, não escolhendo o que quer, mas sim, dentre as opções existentes aquilo que prefere, tanto na escola como em casa. Com isso, elas tornam-se mais atuantes, críticas, questionadoras e responsáveis. Deve também ter a oportunidade para resolver os próprios problemas com a mediação de um adulto para construir a sua autonomia moral.

Diante da indisciplina, ou seja, quando desrespeitam as regras ou apresentam um mau comportamento os educadores geralmente utilizam as recompensas ou punições como sanções, procurando com que as crianças façam o que eles querem, e que sejam obedientes e educadas. Porém devem tomar cuidado, pois deixa consequências negativas dificultando o desenvolvimento para a autonomia.

Aliada a esses dois tipos de relações sociais, Piaget (1977) distingue dois tipos de sanções: as expiatórias e as por reciprocidade. A sanção expiatória tem por objetivo fazer com que o sujeito que infringiu uma regra, ou cometeu alguma atitude indesejável, sofra, expie seu erro e serve também para amedrontá-lo. Segundo Vinha (2000), a sanção expiatória caracteriza-se pela coerção e pelo caráter arbitrário, não havendo nenhuma relação entre o conteúdo da sanção e o ato a ser sancionado. Isso não faz com que a criança tenha necessidade de mudar o seu comportamento, mas faz se sentir injustiçada, e com o passar do tempo começa a se acostumar e passa achar uma atitude válida, utilizando-a quando preciso. Pode ser relacionada ao estágio de heteronomia, pois as punições restringem-se as consequências imediatas dos fatos e não as suas causas, permanecendo a consciência da regra exterior ao sujeito.

Já as sanções por reciprocidade permitem que a criança se coloque no lugar do outro, tem o objetivo de educar, fazer com que o sujeito compreenda sua falta, mostrando que houve ruptura de um vínculo social tal como desapontamento e perda da confiança, fazendo com que aquele que errou tente restabelecer a relação. Para Vinha (2000), deve possuir um mínimo de coerção, havendo uma relação natural ou lógica com o ato a ser sancionado. A criança não considera essas atitudes arbitrárias e nem injustas, pois compreende sua lógica.

Esse tipo de sanção se aproxima muito da fase de autonomia, pois o sujeito é capaz de descentralizar-se e ver-se no outro, não atribuindo a culpa ou a razão da punição a outros, assume-se enquanto responsável e aceita a punição.

O ideal seria não utilizar sanções, porém no cotidiano é impossível evitá-las totalmente. Porém, sempre deve ser coerente com a ação realizada pela criança, isso fará com que aos poucos a criança vá tomando consciência das consequências lógicas de seus atos, pois irá aprender mais assim do que com pressão, cobrança e castigos.

Para construir a moralidade as crianças devem estabelecer relações com adultos para que comecem a ter noções de valores morais, que em um primeiro momento traduzem-se pelas ideias de “o certo e o errado”; “o bom e o ruim”, “o bonito e o feio”, dentre outros. Esses valores começam a configurar/construir na/pela criança representações de sua personalidade. Os valores conforme Silva (2009), formarão um sistema dentro de cada pessoa, e esse sistema é formado pela integração desses valores, que podem de acordo com os objetivos, serem valores morais (equidade, solidariedade, respeito) ou valores não morais (fama, dinheiro, vaidade). E dependendo dos valores que a pessoa tem como centrais sejam morais ou não morais, agirá de determinada forma, correspondendo aos mesmos. Desta forma “Quanto mais integrados os valores, eles terão maior força de ação e motivação e de investimentos afetivos, mais coerentes serão as ações do que aqueles para os quais os valores estão isolados ou pouco integrados.” (SILVA, 2009, p. 37).

Percebe-se que nós somos criados em ambientes que em certos momentos nos proporcionam valores morais e em outros não morais, e que influenciam na formação da personalidade, havendo em certos momentos um “choque de valores” (SILVA, 2009, p. 37), que irão gerar “inúmeros conflitos internos” (VINHA, 2009, p. 22), e que certamente os valores centrais, quanto mais integrados forem, determinarão a ação.

A resolução de conflitos contribuem para formação moral das crianças possibilitando novas formas de agir e encarar as situações por meio de perspectivas ainda não vistas ou dependendo da forma dessa resolução podem reforçar a heteronomia. E a escola enquanto lugar formal de educação contribui para essa formação na resolução de problemas interpessoais.

No geral os professores apresentam diversas reações na resolução

desses conflitos com intuito de resolve-los sem atrapalhar suas aulas, deixando de promover o desenvolvimento moral e intelectual. É comum que eles achem os conflitos negativos e que devem ser evitados.

A forma utilizada pelos professores para resolver os conflitos influenciam no desenvolvimento moral e cognitivo de seus alunos, para isso é necessario ter o conhecimento sobre o assunto para aproveitar os momentos de conflitantes como oportunidades de aprendizagem.

Para D'Elacqua (2011, p.17), “um conflito poderá se tornar um momento de construção da moralidade heterônoma ou autônoma por parte dos alunos na medida em que vários incidentes acontecem com a turma escolar, o que indica ao professor que uma atitude deverá ser tomada”. Essas atitudes tomadas pelo professor pode seguir a forma tradicional de resolver os conflitos: evitando a criação de várias regras, ignorando ou contendo temporariamente através de punições, sendo heterônoma. Ou então o professor pode encará-los de forma natural, e que são necessários para o desenvolvimento de seus alunos, são situações de aprendizagem que auxiliam a construção da moralidade autônoma.

4 CAPÍTULO III: SANÇÕES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E AS IMPLICAÇÕES PARA A AÇÃO DOCENTE

A escola reproduz os valores morais da sociedade na qual esta inserida e forma o cidadão para atuar de forma produtiva nessa sociedade. É um local em que a moral, a ética e os valores estão presentes. Tem por finalidade fazer com que o estudante aprenda tanto os conteúdos que estão e são solicitados no currículo, como também, ter a preocupação de contribuir para a educação moral de seu aluno, para que esse venha a ser uma pessoa com comportamento moral adequado ao seu meio social.

Porém, a tarefa de educar uma criança não pode ser delegada somente aos professores, pois a família é o primeiro meio social no qual a criança tem contato com regras. Até mesmo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (CARNEIRO, 1998, p.30) 9394/96, título II, art. 2º pode-se verificar que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Entende-se que para esses objetivos sejam cumpridos o currículo e principalmente o professor devem preparar-se para atuar em um processo de construção de conhecimentos, como mediador. Liberdade pode ser compreendida como a capacidade de se fazer escolhas diante das incertezas exercitando de forma responsável o livre arbítrio. E solidariedade humana pode ser considerada como a capacidade de perceber-se no outro, em suas necessidades e desejos, ou seja, ser capaz de olhar o corpo não só apenas com um amontoado de músculos e ossos.

Os conflitos morais acontecem no ambiente educacional, principalmente nas aulas de Educação Física, e demandam respostas por parte dos professores, e a forma com que cada um vai resolve-los influenciam expressivamente no desenvolvimento moral e cognitivo das crianças. E o professor além de se preocupar com os conteúdos específicos de sua disciplina necessita de conhecimento sobre moral e conflitos, para que em suas aulas saiba aproveitar os momentos conflitantes como oportunidades de construção da moralidade, tendo oportunidade de trabalhar os valores e as regras.

Sabe-se que a construção de toda moralidade infantil, se dá por um

processo contínuo. Na visão de De Vries e Zan (1988, p.85): “a construção dos valores morais é um processo gradual da construção do respeito por outros. As crianças não desenvolvem respeito por outros, a menos que sejam respeitadas”.

Portanto o educador deve mediar esse processo de construção dos valores morais, possibilitando a interação entre os alunos e exercitando por meio de diferentes estratégias a autonomia moral no grupo.

Ao se propor uma prática cujo eixo principal seja a construção da autonomia moral e levando-se em consideração que esta baseia-se na aprendizagem do respeito mútuo e na compreensão da necessidade das regras sociais, apresenta-se um conteúdo transversal para a Educação Física - Amor, concordando com Morin (2001, p.39) “Não se pode provar empírica e logicamente, a necessidade de amor. Pode-se apenas apostar nele e sobre ele”.

E Maturana (2001, p.66) apud Freire e Scaglia (2003, p.174) continua “o amor constitui o espaço de condutas que aceita o outro como legítimo outro na convivência”.

Sendo assim, o professor de Educação Física deveria conhecer-se bem, reconhecer-se como mediador e modelo na construção da autonomia moral de seus alunos, tendo responsabilidade ao ensinar, e devem estar bem preparados não só para transferir as informações, mas manter vivo o desejo de aprender e estimular a capacidade crítica de seus alunos. Para Freire (1996, p.22): “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua construção”.

Levando em consideração a concepção de Alves (1985), entende-se que aquele que exercendo a autonomia em definir sua profissão, escolhe ser educador, deve estar atento em seu processo de formação para construir-se como mediador.

A autonomia é uma conquista e a atitude do professor é fundamental, pois se reflete no comportamento moral de seus alunos. Por esse motivo ele tem que ser seguro, competente, generoso, observador e criativo e a Educação Física apresenta-se como uma disciplina rica em contextos diversificados e propícios a esse fim. Sob a perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais:

O processo de ensino aprendizagem em Educação Física, portanto, não se restringe ao simples exercício de certas habilidades e destrezas, mas sim capacitar o indivíduo a refletir sobre suas possibilidades corporais e, com autonomia, exercê-las de maneira social e culturalmente significativa e adequada. (BRASIL, 1997, p.27).

Esse processo, porém, pode estar muito comprometido, pois, ao chegar à escola, o professor se depara com algumas dificuldades, dentre elas o dualismo que impõe uma divisão de corpo e mente, limitando a reflexão do aluno sobre seus movimentos. O dualismo vem de tempos atrás, quando a Educação Física visava somente o desenvolvimento corporal. Para SUNG (2006, p.21); “a relação entre a Educação Física e a educação para ética era impossível”.

Com o passar do tempo, essa idéia foi se modificando, e ainda hoje continua neste processo, por isso cabe ao professor de Educação Física ser o propulsor desta mudança, confrontando a citação anterior, de desenvolvimento do aluno em sua integralidade, promovendo em suas aulas oportunidades para o exercício da autonomia moral.

Uma outra dificuldade é a disciplina, que na escola é vista como ficar em silêncio, permanecer sentado, obedecendo a espaços impostos pelo professor e o mesmo sendo o único detentor do saber. Essa visão de disciplina limita o aluno, tirando a possibilidade de expressão, impedindo-o de aprender como se auto governar. De acordo com Marconcin (1993, p.38-39):

Não se quer a disciplina formal da educação tradicional; mas também não a disciplina espontaneísta da educação moderna. Almeja-se uma disciplina consciente e interativa, marcada pelo respeito, responsabilidade, participação, construção de conhecimento, formação de caráter e cidadania.

Para isso acontecer, é necessário a interação social, na qual a troca de experiência é importante, porém o professor/educador não pode fazer confusão entre conversas paralelas que não acrescentam nada a formação do aluno com as trocas de experiências já citadas, que auxiliam esta formação.

Um bom professor nunca desiste de um aluno e compreende que cada vez mais ele é capaz de aprender, pois é um ser inacabado. Segundo Fogaça Junior e Palma (2001, p. 18): “o professor que fundamenta sua ação docente dentro dos pressupostos construtivistas, é sabedor que o educando é capaz de aprender sempre e pode ser considerado um educador”.

A formação é essencial, e de acordo com Tojal (2001, p. 55):

[...] o mercado de trabalho, vem buscando profissionais com capacidade para exercer uma multiplicidade de funções numa mesma área de conhecimento, é desejável, que tanto o jovem acadêmico, quanto o programa do curso de preparação para o trabalho, que vem sendo desenvolvido nas diferentes universidades, encontrem-se o mais ajustado possível [...].

Na Educação Física, disciplina e área que estuda o sujeito que se movimenta e suas manifestações por meio dos movimentos, o professor deve ser um mediador na construção da autonomia moral de seus alunos. Essa mediação estrutura-se nas propostas de conflitos cognitivos, potencializando as relações interindividuais fundamentadas, e ao mesmo tempo na autonomia, na reciprocidade e no respeito mutuo, não extinguindo a figura de autoridade, mas minimizando a coação e o constrangimento intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou responder a seguinte questão: como a disciplina de Educação Física pode colaborar para o desenvolvimento moral humano?.

Vivenciar situações conflituosas é fácil, mas aproveitá-la para a aprendizagem do estudante requer conhecimento do professor, para que essas situações possam ser situações de aprendizagem, e que mesmo sendo desgastantes, são necessárias e positivas no processo de formação autônoma de seus alunos. Esse processo arduo deve ser desenvolvido com compromisso por todos os envolvidos no processo escolar, e também por pessoas de seu convívio, não sendo o professor o único responsável pelo desenvolvimento moral de seus alunos. Para isso o aluno deve perpassar pelo estágio de anomia e heteronomia, saindo da regulação e da imposição de regras, tendo condições de resolver seus próprios problemas, sendo ativo no processo, alcançando o estágio de autonomia, que é um resultado a ser conquistado a longo prazo, mais que tem o sujeito como ativo no processo.

A Motricidade Humana é uma matriz teórica que favorece a construção da autonomia, supera as matrizes tradicionais, e dá sentido e significado às aulas de Educação Física, e segundo SILVA (2009, p.162) ela “referenda a construção do “ser moral”, da autonomia possível e abre espaço nas aulas de Educação Física para o ser integral na busca da transcendência, sentido e significado de suas ações e das ações cometidas contra si”. Essa superação é importante, e os princípios dessa teoria embasam e orientam o saber fazer em Educação Física, possibilitando e legitimando a formação da personalidade ética.

A disciplina Educação Física pode contribuir muito para o desenvolvimento moral, mais para isso a ação docente deve ter embasamento teórico para mediar/contribuir para a formação moral de seus alunos, suas aulas não devem ser livres, uma aula recreativa, um momento para os alunos extravasarem ou até mesmo um prêmio para os alunos com bom comportamento, pois além de estar comprometido com seus conteúdos, devem estar com os valores éticos e morais. Devem também entender que os conflitos são naturais, positivos e fazem com que as crianças aprendam com seus problemas interpessoais, mais para isso o professor deve ter um conhecimento teórico sobre moral.

Portanto, o professor deve mediar o processo estruturando-se nas propostas de conflitos cognitivos, potencializando as relações interindividuais fundamentadas, e ao mesmo tempo na autonomia, na reciprocidade e no respeito mútuo, não extinguindo a figura de autoridade, mas minimizando a coação e o constrangimento intelectual, ainda mais quando levamos em consideração que uma das características principais de uma aula de Educação Física está na quantidade de interações entre alunos e entre esses e o professor, interações em que quase sempre existem conflitos que geram desentendimentos, brigas e punições.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubens. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 21. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico compreensiva artigo a artigo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- D'ELAQUA, Marco Antonio. **Conflitos Interpessoais nas aulas de Educação Física no Ensino Médio: O que Fazer?**. 2011. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Estadual de Londrina, Cidade, 2011.
- DE VRIES, Rheta; ZAN, Betty. **A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- FREIRE, João Batista; SCAGLIA, Alcides José. **Educação como pratica corporal**. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FOGAÇA JUNIOR, Orlando Mendes; PALMA, Ângela Pereira Teixeira Victoria. Teorias educacionais e a tomada de consciência. **Boletim do GEPEF-CEFD/UEL**. Londrina: UEL, n.2 ,2001.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- MARCONCIN, Isabel Cristina. **Uma dimensão ecológica na escola pela via da autonomia: quebrando o estereotipo da (in)disciplina**. Disponível em: www.google.com.br. Acesso em: 21 mar. 2008.
- MORIN, Edgar. **Amor, poesia, sabedoria**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- PEREIRA, Ana Maria. **Motricidade humana: a complexidade e a práxis educativa**. 2006. 382 p. Tese (Doutoramento em Ciências da Motricidade Humana) – Universidade da Beira Interior, Covilhã-Portugal.
- PIAGET, Jean. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- SALADINI, A. C. **A Educação Física e a tomada de consciência da ação motora da criança**. Marília: UNESP, 2006. (tese de doutorado).
- SÉRGIO, Manuel. **Educação física, ou, Ciência da motricidade humana?**. Campinas: Papirus, 1991.

SÉRGIO, Manuel. **Motricidade humana**: contribuições para um paradigma emergente. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

SÉRGIO, Manuel. **Um corte epistemológico da Educação Física à Motricidade Humana**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

SILVA, Luana Cristine Franzini da. **Intervenções em situações de conflitos interpessoais nas aulas de Educação Física**. 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

SUNG. Jump Mo. Educação física e a educação para um pensar e agir ético. In: TOJAL, João Batista; BARBOSA, Alberto Puga (orgs). **A ética e a bioética na preparação e na intervenção do profissional de Educação Física**. Belo Horizonte: Casa da educação física, 2006. Cap.1,p.21.

TOJAL, João Batista A. G. Perspectivas profissionais na área da educação física e esportes (formação e atuação profissional). **Boletim do GEPEF-CEFD/UEL**. Londrina: UEL, n.2 , 2001.

VINHA, Telma Pileggi. **O educador e a moralidade infantil**: uma visão construtivista. Campinas: Mercado de letras, 2000.

VINHA, T. P; TOGNETTA, L. R. P. **Construindo a autonomia moral na escola**: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. IN: *Rev. Diálogo Educ. Curitiba*, v. 9, n. 28, p. 525-540, set./dez. 2009

WOOLFOLK, Anita. **Psicologia educacional**. Columbus: Nenth, 1984.